



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Fevereiro de 2012

Ano 37 – Nº 207

Foto: Joka Madruga



**Dom Ladislau
Biernaski “viveu
e pensou a fé
a partir dos
condenados
da terra”**

Págs.: 8 e 9

1937 – 2012

Presente na Luta

EDITORIAL

Dom Ladislau na plenitude da vida

Esta edição do Pastoral da Terra consagra sua capa e as páginas centrais à lembrança da figura de Dom Ladislau Biernaski, presidente da CPT, e que no dia 13 de fevereiro, em decorrência de complicações causadas por um câncer, foi unir-se à plêiade dos que, tendo combatido o bom combate, gozam agora da plenitude da vida.

Boa parte das mensagens recebidas, quando a notícia de sua morte se espalhou, destacam a simplicidade e a humildade como duas das principais características de sua personalidade. De origem camponesa, Dom Ladislau fez sempre questão de preservar suas raízes. Como diz Jelson de Oliveira, “seu grande orgulho era mostrar a horta que mantinha no quintal de sua residência”. E as pequenas sementes da mostardeira ele as apresentava, lembrando a parábola do Evangelho, como se sempre fosse a primeira vez, lembra o Pe. Jaime Schmitz. E Roberto Baggio: “ele lembrava o cuidado com a terra conquistada, com o jardim, com as sementes, com as plantas.”

A paixão pela terra alimentou nele a paixão pelos que nela vivem. “Viveu e pensou a fé a partir dos ‘condenados da terra’ e com eles fez caminhos pouco frequentados pelos grandes deste mundo”, diz Dom Guilherme Werlang. Por isso o apoio decidido à luta dos sem-terra, aos pequenos agricultores familiares, aos que são banidos do direito de ter acesso à terra, à moradia, ao trabalho, a todos os que vivem na periferia do sistema: os menores, os encarcerados, os operários. “Seu lugar era à mesa dos pobres, como esperança, e às tribunas dos poderes e da mídia, como advertência”, ressalta Jelson.

O carinho e cuidado com os homens e as mulheres do campo fez dele uma referência para a CPT do Paraná e de todo o Brasil, tendo sido escolhido para vice-presidente e presidente. As pastorais do Menor, Operária, Carcerária e Caritas tiveram seu acompanhamento. “Na Pastoral Operária era uma referência. Era visto como um oásis no episcopado paranaense”, diz Cesar Sanson. “Dom Ladislau é mais uma destas pessoas-semente que continuarão dando frutos”, conclui Pe. Jaime.

“Dom Ladislau morreu sem que sua utopia se realizasse”, lembra Jelson. Ainda continuam muito fortes os conflitos no campo. O maior investimento privado no Brasil, o Superporto do Açú, do homem mais rico, Eike Batista, expulsa centenas de famílias de pequenos agricultores de suas propriedades e outro tanto de pescadores, no município de São João da Barra, no Rio de Janeiro. No Amazonas, os assentados do assentamento Curuquetê, onde vivia Adelino Ramos, assassinado em maio de 2011, continuam sofrendo pressão e ameaças. E as ameaças contra os povos indígenas não cessam. Um grupo isolado do povo Awá-Guajá sofre atentados. As obras da Transposição das Águas do São Francisco, emperradas, são mais um ralo por onde escorrem os recursos públicos.

Mas há luzes no caminho. Na região Guajarina, no Pará, os Círculos de Cultura completaram 20 anos de um trabalho que se propunha “alfabetizar conscientizando e conscientizar alfabetizando”. Os movimentos sociais continuam a construção de uma sólida articulação tendo em vista a Cúpula dos Povos, a se realizar paralelamente à Rio+20. Alunos da Turma Especial de Direito da Universidade Federal de Goiás, sem terem ainda concluído o curso, foram aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com isso silenciando a feroz oposição. E o Pe. Vito Miracapillo, expulso do Brasil em 1980, teve seu Visto de Permanência reconhecido. E lembramos nossos mártires, pois “fazer memória significa atualizar fidelidades e corajosas coerências”, ensina Flávio Lazzarin. E Sandro Gallazzi nos adverte contra as teologias que legitimam os poderes.

Boa leitura.



As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul

Produzido e publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 2011, o relatório analisa dados de violência no Mato Grosso do Sul coletados nos últimos oito anos. No período, ao menos 250 indígenas foram assassinados no estado. Através de artigos especializados, aprofunda as causas, consequências e caminhos para uma das realidades indígenas mais violentas do mundo – conforme palavras da vice-procuradora geral da República, Deborah Duprat. Marcado por uma história de espoliação das terras indígenas, o estado concentra a maior quantidade de acampamentos indígenas do País, 31, quando há dois anos eram 22. São mais de 1200 famílias vivendo em condições subumanas à beira de rodovias ou sitiados em fazendas. Atualmente, 98% da população originária do estado vive efetivamente em menos de 75 mil hectares, ou seja, 0,2% do território estadual. Em dados comparativos, cerca de 70 mil cabeças de gado, das mais de 22,3 milhões que o estado possui, ocupam área equivalente as que estão efetivamente na posse dos indígenas hoje.

Em oito anos de governo Lula, as promessas de solucionar os problemas territoriais dos povos indígenas no MS não passaram de mero formalismo. Neste período, o estado concentrou 55,5% dos casos de assassinatos de indígenas no País. Em 2008, foram 70%; em 2010, 57% e nos primeiros nove meses de 2011, 27 indígenas fo-



ram assassinados dos 38 ocorridos no País, ou seja, 71%. A publicação analisa ainda a situação dos trabalhadores indígenas no corte da cana de açúcar, realidade que desde 2004 teve mais de 2600 indígenas e não indígenas libertados de trabalhos análogos à escravidão. Tal realidade configura-se como uma das principais violações de Direitos Humanos do País. Por fim, o Relatório aprofunda as formas de resistência destes povos, frente este processo de extermínio: suas grandes assembleias, a organização social, a religiosidade e documentos como forma de denunciar esta realidade e de continuar anunciando a esperança e coragem que os motiva a lutar por seus direitos Constitucionais.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Paula Pereira
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.
CCFD

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Foto: João Zinclar



Irmã Geraldina Magela recebe Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2011

No dia 09 de dezembro de 2011, foi realizada, no Palácio do Planalto, em Brasília, a cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2011. A solenidade foi presidida pela presidenta Dilma Rousseff e contou com a participação de diversas autoridades do Governo e representantes de entidades e instituições ligadas aos direitos humanos. Trata-se da 17ª edição do prêmio, que presta homenagens a pessoas que se destacaram no combate às violações dos direitos humanos no País, em diversas áreas. Geraldina Magela da Fonseca, a Irmã Geraldina, recebeu um prêmio na categoria Dorothy Stang, em reconhecimento ao seu

trabalho junto a camponeses e camponesas no estado de Minas Gerais. Segundo a presidenta Dilma, os trabalhos dos premiados tornam a sociedade mais civilizada, e o Brasil mais orgulhoso. “O prêmio é um pequeno reconhecimento pelo grande trabalho feito pelos agraciados. O Brasil se orgulha de cada um de vocês”, completou, ao encerrar a cerimônia. O Prêmio Nacional de Direitos Humanos foi instituído em 1995, e a cerimônia de homenagem aos agraciados antecedeu o Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Pastorais do Campo debatem desafios para os próximos anos

Foto: CNBB



Mais de 40 lideranças, que atuam nas Pastorais do Campo: CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), PJR (Pastoral da Juventude Rural), Cáritas, Pastoral dos Migrantes e Pastoral dos Pescadores, estiveram reunidas nos dias 4 e 5 de fevereiro, na chácara Vicente Cañas, em Luziânia (GO). O encontro serviu para socializar os desafios enfrentados pelos povos e comunidades que vivem no campo, conhecer o trabalho específico de cada Pastoral que atua junto a esta população, em vista de uma melhor articulação, fortalecimento e formação. Foi

apresentada a situação sofrida pelos pescadores artesanais com a invasão dos seus territórios pela indústria do turismo, e a burocracia do Estado que exclui as populações tradicionais das políticas públicas. Dentre os desafios, destacou-se a situação da juventude

no campo, além da problemática vivida pelos povos indígenas, com a invasão de suas terras pelos megaprojetos, expansão do agronegócio e do monocultivo e a morosidade na demarcação de suas terras. Isto causa-lhes enormes sofrimentos, conflitos e violência. Ficaram estabelecidas linhas de ação: a luta pela reforma agrária e a defesa dos territórios dos indígenas e povos tradicionais, enfrentamento dos megaprojetos patrocinados pelo Estado e articulação das Pastorais do Campo e os movimentos sociais participando na construção e realização da 5ª Semana Social Brasileira.

Sustada iminente ação de pistolagem no acampamento Vitória, no Tocantins

Foi desarticulado, no município de Palmeirante (TO), um grupo de pistoleiros que, segundo consta nos depoimentos colhidos pela Polícia Federal, estava tramando a “limpeza” da área ocupada pelas famílias que reivindicam a desapropriação da Fazenda Santo Reis (conhecida como Fazenda Brejão), para fins de reforma agrária. Em operação relâmpago ocorrida no dia 4 de fevereiro, a pedido do Ministério Público Federal e da Coordenação do Programa Terra Legal no Tocantins, a Polícia Federal prendeu dois suspeitos de pistolagem. Eles foram ouvidos no Pelotão da PM de Colinas pelo delegado da Polícia Federal de Araguaína,

na ocasião em que foi feita a acareação entre um dos suspeitos e um dos denunciadores. O acampamento Vitória é formado por 19 famílias sem-terra. Situado à margem direita da rodovia TO 335, km 30, no sentido Colinas-Palmeirante, o acampamento está em uma região com confuso histórico fundiário. O Vitória foi constituído em novembro de 2010 dentro do lote 84 da Gleba Anajá, vizinho ao lote 83, ambos situados em área presumidamente da União, reivindicando a criação de um assentamento pelo INCRA. A Comissão Pastoral da Terra em Araguaína vem acompanhando e denunciando o conflito já há algum tempo.

Operário de Jirau morre baleado em confronto com a Polícia

Josivan França foi atingido por um disparo na madrugada do dia 13 de fevereiro, durante manifestação de funcionários da obra da Usina de Jirau pela falta de ônibus. O rapaz de 24 anos, que também trabalhava na obra, foi atingido durante confronto dos manifestantes com a polícia. Há denúncias de que outra pessoa teria sido baleada na ocasião. Josivan faleceu por hemorragia. O rapaz, que estava alojado dentro do canteiro de obras de Jirau, tinha ido almoçar e lavar a roupa em casa de parentes, aproveitando o domingo de descanso. Mais de 300 pessoas estavam esperando desde as 11 horas da noite a chegada dos ônibus do último turno, que não chegaram. Alguns ônibus que

passavam pela estrada não quiseram parar. Revoltados alguns operários tentaram interditar com madeiras a BR 364. Chegou uma viatura da polícia, que mandou retirar as madeiras da estrada. Em seguida, com a chegada de uma segunda viatura, começou um confronto de trabalhadores com a polícia, que utilizou gás de pimenta e teria atirado nos operários revoltados. Segundo amigos da vítima, ela não participava do confronto e estava a uns cem metros do local onde estava a polícia, quando caiu no chão atingido por um disparo. A polícia utilizou, ainda, balas de borracha contra os operários revoltados, e outras pessoas saíram feridas e sangrando.

Ir. Ailce, coordenadora da CPT Ceará, celebra 50 anos de vida religiosa

Foto: CPT Ceará



No dia 04 de fevereiro, na Igreja de São José, em Tauá (CE), deu-se a grande festa de celebração dos 50 anos de vida religiosa de Irmã Ailce, Irmã de Jesus Missionário. Foi um momento festivo, oportuno para dar graças a Deus por todos estes anos de serviço-doação ao Reino de Deus e aos empobrecidos desta Terra. Estiveram presentes amigos e amigas, familiares, gente das várias comunidades onde Ir. Ailce já trabalhou, das várias pastorais e frentes nas quais ela desenvolve sua missão. Ir. Ailce tem uma longa experiência pastoral, na educação em colégios, mas principalmente junto a grupos vulneráveis da sociedade: mulheres prostituídas, jovens, crianças carentes, camponeses e camponesas sem-terra. A coragem, a determinação, a fé e o compromisso foram virtudes de Ailce enfatizadas por várias pessoas que deram seu testemunho. Na história dela, se fez memória da história da Diocese de Crateús, das CEB's e Pastorais Sociais nestes sertões. A festa foi simples, solidária, de partilha, caracterizando um momento forte de encontro de irmãos e irmãs.

Padre Vito: o padre dos bóias-frias

HERMÍNIO CANOVA*

Padre Vito Miracapillo, italiano, hoje com 65 anos, foi expulso do Brasil pelo governo militar, em outubro de 1980. Em 1992 foi revogado o decreto de expulsão e em novembro do ano passado recebeu do Ministério da Justiça o Visto Permanente. Pe. Vito era o pároco da cidade de Ribeirão, no Pernambuco, cidade na BR 101, meio caminho entre Recife e Palmares. Situada na região da Mata Sul de Pernambuco, cercada de cana de açúcar, a cidade de Ribeirão é ainda hoje uma grande concentração de canavieiros/ bóias-frias que trabalham nos Engenhos das Usinas. Em 1980, Ribeirão registrava um dos piores índices de pobreza e miséria do País. Pe. Vito amou aquele povo, tomou posição clara a favor dos pobres, defendeu com coragem os direitos dos trabalhadores da cana.

A gota d'água que provocou sua expulsão foi uma breve carta dirigida à prefeitura e Câmara dos Vereadores. Na programação oficial da Semana da Pátria haviam colocado a celebração de Missa. A carta dizia: "Tendo recebido o convite para as solenidades da Semana da Pátria, faço cientes os Excelentíssimos Senhores de que não será celebrada a Missa de Ação de Graças no dia 07 e no dia 11, na forma e no horário anunciados. Isto por vários motivos, entre os quais a - não efetiva independência do povo -, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos". A carta fez com que o copo, que já estava cheio do ódio dos usineiros e senhores de engenhos contra o padre, entornasse. O então deputado estadual, Severino Cavalcanti, pediu ao Ministério da Justiça a expulsão do País, alegando a atitude "antipatriótica" do padre.

Pe. Vito apoiava os trabalhadores da cana de açúcar que reivindicavam as terras da Usina Caxangá, falida,



Foto: CNBB NE II

comprada pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e entregue ao Incra para fins de Reforma Agrária. Os lotes, porém, foram distribuídos entre os altos funcionários da Usina e amigos. Os trabalhadores bóias-frias e os pobres moradores ficaram sem nada. Para os poderosos e políticos da região tinha chegado a hora de dar uma punição a esse padre, ainda mais que começavam as primeiras greves dos canavieiros do Nordeste, e Pe. Vito e a nossa Pastoral Rural de Palmares manifestavam total apoio aos grevistas e suas famílias.

A situação estava ficando complicada. E o desfecho do caso podia ser o pior possível. Diante disto, em meados do mês de outubro de 1980,

foi organizada a celebração de uma missa em desagravo e solidariedade ao Pe. Vito, na igreja Matriz de Ribeirão. Estavam presentes Dom Acácio, bispo de Palmares, Dom Marcelo, bispo da Pastoral Rural Regional, Pe. Vito e nós, padres amigos, e muito povo. A igreja estava superlotada e muita gente na praça. Entrando em procissão na Matriz, percebemos logo a presença de muitos usineiros e senhores de engenho armados. Estes entraram atrás de nós, com a bandeira do Brasil e cantando o hino nacional. O grupo se colocou diante do altar e no corredor central impedindo a celebração da Missa. Era grande a tensão. Estávamos muito apreensivos. Os fios do serviço de som

tinham sido cortados. Qualquer gesto que fosse interpretado como provocação podia ser motivo de grande tumulto. O povo mantinha-se firme e num silêncio expressivo e solidário. Depois de muito tempo, o nosso advogado e o Delegado da cidade conseguiram convencer a turma "patriótica" a se retirar da igreja. E começou a Missa.

Na semana seguinte, Pe. Vito foi expulso do país. Dom Lamartine, bispo auxiliar de Recife, em nome de Dom Hélder, o acompanhou até São Paulo, até a porta do avião da Alitalia, garantindo a incolumidade física do padre.

A saga de Pe. Vito teve outro desfecho. Poucos meses depois, em Ribeirão caiu uma tempestade de chuva e a igreja matriz ruiu completamente. Ficou em pé só a parede do fundo com a imagem da santa e que era também a parede da casa onde morava o Pe. Vito. No meio do povo, se espalhou logo uma leitura religiosa do fato: sobre o templo profanado pelos poderosos com suas armas, Deus mandou do céu uma tempestade de chuva que destruiu tudo, para que não ficasse pedra sobre pedra. "Deus purificou toda sujeira, limpou toda profanação e destruiu o templo, mas o povo em pouco tempo o reconstruirá". Estudantes de Teologia se apressaram a pesquisar e refletir sobre o fato e sobre a interpretação bíblico/teológica popular. Foram produzidas diversas teses e monografias sobre "a destruição do templo profanado".

No mês passado, janeiro de 2012, Pe. Vito com sua nova Carteira de Identidade e Visto Permanente, celebrou na capela do bairro mais pobre dos bóias-frias de Ribeirão, dedicada pelo povo ao Padre Cícero, padroeiro dos nordestinos e dos canavieiros.

* Coordenador nacional da CPT.

ARTIGO

A Eikilândia

Um bilionário empreendimento de Eike Batista, o empresário mais rico do país está atingindo centenas de famílias, no 5º Distrito de São João da Barra, RJ, o distrito do Açú. Trata-se do Superporto do Açú, o maior investimento em infraestrutura portuária das Américas, que é um empreendimento logístico da empresa LLX, de Eike.

Sua construção teve início em outubro de 2007 e sua operação está prevista para o primeiro semestre de 2012. O empreendimento foi idealizado como um porto-indústria que prevê a integração com minas de ferro de Minas Gerais, e a instalação no seu entorno de um espetacular complexo industrial. Mais de 66 grandes empresas

demonstraram interesse em aí se instalar. O que não é divulgado é que para a instalação de todas estas empresas, vão ter que ser desalojadas cerca de 1.500 famílias de pescadores e de pequenos agricultores. E a transferência destas famílias está sendo feita pela prefeitura de São João da Barra e pelo estado do Rio de Janeiro. Enquanto

isso, Eike tem tido trânsito aberto em todos os meios de comunicação, onde é apresentado como o supracitado da modernidade empresarial brasileira.

A equipe da CPT do Rio de Janeiro acompanha as famílias atingidas pelas obras e nos brindam com este texto.

Complexo portuário do Açú: o X da questão!

VIVIANE RAMIRO E
CAROLINA ABREU*

O Estado do Rio de Janeiro vem sendo marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financeiro estatal. A obra de maior vulto é o Complexo Industrial-Portuário do Açú (CIPA). O cenário destas operações é o município de São João da Barra, na região norte fluminense. Os impactos da instalação do CIPA, ainda não estão totalmente delineados, pois o processo de licenciamento ambiental foi realizado de forma fragmentada, a

fim de agilizar o mesmo e viabilizar as obras. Segundo o pesquisador Aristide Soffiati, o CIPA irá beneficiar um grupo muito pequeno de pessoas, inclusive de políticos. Já a Associação dos Produtores Rurais e Imóveis (ASPRIM) do 5º Distrito de São João da Barra, questiona o fato de o Ministério Público, desde 2006, não ter atuado judicialmente contra os decretos municipal e estadual que criaram um Distrito Industrial sobre as terras férteis e produtivas do município, e tenta derrubar o decreto estadual que desapropriou uma área de 7.200 hectares para dar espaço ao condomínio industrial.

Irregularidades e desrespeito

Há quatro anos, os pequenos agricultores de São João da Barra vivem uma luta desigual, pois as remoções das famílias são realizadas sem a presença de oficiais de justiça. Essa formalidade estaria sendo substituída pela presença ostensiva de seguranças "patrimoniais" da LLX, em conjunto com policiais militares. Além disso, há inúmeras irregularidades no processo de desapropriação e realocação das famílias que estão sendo atingidas. "O valor das terras e benfeitorias são feitas em papel de pão em um ato de total desrespeito com o agricultor. Muitos já foram desapropriados, mas ainda não receberam suas indenizações", disse um agricultor, ao explicar que o grupo X ainda não possui a documentação da Fazenda Palacete, local para onde as famílias despejadas estão sendo levadas.

Ainda de acordo com ele, os agricultores estão sendo retirados de suas terras para serem transferidos para um local que não é deles e onde o futuro é incerto. "Temos o direito de produzir em nossas terras, conseguidas com muito trabalho e suor. Não vamos ceder, pois nossa cultura e nossa vida estão dentro do 5º distrito". Várias organizações sociais e entidades de defesa dos direitos humanos vêm se somando a esta luta e se manifestaram contra as arbitrariedades e injustiças cometidas com as famílias. Além disso, muitas remoções foram realizadas sem o prévio pagamento da indenização expropriatória e sem qualquer programa de readaptação. Diversas famílias que optaram por novas residências, foram removidas para os imóveis prometidos mesmo sem estarem concluídos.



Foto: CPT Rio de Janeiro

Resistência e luta

A resistência vem se dando por centenas de famílias que têm suas raízes fincadas naquelas terras há várias gerações, e que as fertilizaram com o suor de seu trabalho, com a história de suas vidas. Os meios de comunicação tentam reduzir os conflitos a discursos sobre títulos de propriedade e valores monetários dos imóveis, ocultando uma dimensão essencial aos mesmos que é a dignidade humana. Em defesa desta dignidade, homens, mulheres e crianças realizaram uma manifestação, em maio de 2011, na Rodovia 240, impedindo o fluxo dos carros ao Açú, o que gerou grande repercussão nos meios de comunicação locais. Nesse

processo de organização coletiva, os agricultores vêm se fortalecendo e dão visibilidade às suas bandeiras de luta. Como disse uma agricultora da região: "Nem todos aqui têm preço, a nossa história não pode ser apagada. Não tem dinheiro que pague a nossa terra! Sair daqui é perder a nossa identidade. Como é possível alguém viver sem identidade?"

É necessário e urgente fazer algo para garantir direitos e territórios às famílias camponesas não só no Rio de Janeiro, mas em todo o no Brasil e no mundo!

*Equipe CPT - RJ

CONFLITOS

Clima em Curuqueté, onde vivia Adelino Ramos, ainda é tenso

CRISTIANE PASSOS*

Estamos entrando em um novo ano, mas os conflitos e as ameaças não cessam. Segundo denúncias da equipe da CPT de Rondônia, todas as famílias do projeto de Assentamento Florestal Curuqueté, situado em Lábrea (AM), no qual vivia Adelino Ramos, o Dinho, assassinado em 17 de maio de 2011, estão sendo ameaçadas.

As ameaças partem de um irmão de Ozias Vicente. Este, que havia sido preso no final de maio como suspeito de ser responsável pela morte de Adelino, em dezembro foi solto, em Porto Velho. Depois de solto, já em janeiro, foi denunciado pela morte de rapaz conhecido por Mineirinho, fato ocorrido em 21 de dezembro. Ozias junto com seu irmão, Luiz Machado, armados, ameaçaram de morte os novos dirigentes da Associação dos Camponeses da Amazô-

nia, Asscedam. Também estaria sendo ameaçado o Sr. Domingos dos Santos, antigo motorista de Adelino Ramos, pois teria dito que iria prosseguir com a luta do finado Dinho. O presidente da Asscedam, Marlon Teixeira de Oliveira, procurou a CPT, em Porto Velho, para denunciar o fato. Foi encaminhado ofício com a denúncia à Ouvidoria Agrária Nacional, que prontamente oficiou as autoridades do estado do Amazonas, pedindo que fossem tomadas as devidas providências. A CPT Nacional encaminhou, também, a denúncia à ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, no dia 25 de janeiro.

No dia 15 de janeiro, Ozias Vicente foi assassinado. A morte está sendo atribuída a queima de arquivo. Outros acham que foi vingança do filho do Dinho. Depois disso, o irmão de Ozias começou a ameaçar todos os moradores do assentamento e, com isso, instaurou



Assentamento Florestal PAF Curuqueté

novamente um clima de terror na área. Algumas das poucas famílias restantes do PAF já estão se preparando para sair do lugar, amedrontadas. Além das ameaças, após o assassinato de Ozias o caso

do assassinato de Dinho foi arquivado. Com isso, mais uma vez, a impunidade se mantém, já que, dessa forma, não serão investigados quais seriam os mandantes do assassinato do líder camponês.

Povo isolado Awá Guajá sofre atentado

Lideranças indígenas do povo Guajajara (ou Tenetehara) da aldeia Zutitwa, Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, denunciaram, no início do mês de janeiro, o assassinato de uma criança Awá-Guajá que pertencia a um grupo em situação de isolamento. O corpo, segundo eles, teria sido encontrado carbonizado em outubro do ano passado num acampamento abandonado pelos Awá isolados, a cerca de 20 quilômetros da aldeia Patizal do povo Tenetehara, região localizada no município de Arame (MA). A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi informada do episódio em novembro e nenhuma investigação foi feita até essa denúncia. As suspeitas dão conta de que um ataque tenha ocorrido entre setembro e outubro contra o acampamento dos indígenas isolados. Clovis Tenetehara costumava ver os Awá-Guajá isolados durante caçadas na

mata. No entanto, deixou de encontrá-los logo que localizou um acampamento com sinais de incêndio e os restos mortais de uma criança.

Após a denúncia, investigações foram realizadas pela Funai, que desmentiu prematuramente a história e ainda acusou Clovis Tenetehara de ser mentiroso e envolvido em crimes ligados ao tráfico de drogas. Devido às constantes denúncias de violência contra indígenas na região, e à ação de madeireiros nas áreas de preservação, outras comissões foram instituídas para ir até o local e investigar o caso. No dia 12 de janeiro, integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) caminharam dentro da Terra Indígena Araribóia e encontraram os clareiros deixados pelos madeireiros na área.

Em seguida encontraram o acampamento destruído do povo Awá-Guajá em situação de isolamento, dentro de uma grande clareira com cerca de 40 toras derrubadas de árvores. “Tratores de madeireiros passaram por cima do acampamento Awá, destruindo tudo. Pelas marcas podemos dizer que era um grande veículo”, disse Rosimeire Diniz, missionária do Cimi que esteve no local. O indígena Clovis Tenetehara conduziu a comissão para as profundezas da terra indígena. No caminho, ele se emocionou ao ver a área tradicional de caça devastada pelos madeireiros. Da mesma forma, salientou que ele e sua família corriam riscos, pois estavam ameaçados. A missionária frisou que saiu da mata com a certeza de que algo muito sério aconteceu. Sobre a criança que teria sido carbonizada, Rosimeire diz não duvidar – mesmo porque depois de mais

de dois meses os assassinos poderiam ter dado sumiço no corpo. Rechaçou que sejam boatos.

Luís Antônio Câmara Pedrosa, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, relatou que a comissão encontrou os indígenas desconfiados e apavorados, além da comprovação de todas as falhas do relatório feito pelos servidores da Funai sobre as denúncias. “Imagina que Clovis convive com madeireiros circulando livremente dentro da área e ainda por cima o relatório feito pelos técnicos da Funai o cita como receptor de maconha. O entendimento dos madeireiros e de indígenas cooptados é de que as denúncias dele impediram a retirada das toras da área”, relatou Pedrosa.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

TURMA ESPECIAL DE DIREITO DA UFG

Uma aprovação a se comemorar

ANTÔNIO CANUTO*

No dia 12 de janeiro, quando a Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB) divulgou os resultados do último exame da Ordem, entre os aprovados estavam seis alunos da Turma Especial de Direito para assentados e agricultores familiares da Universidade Federal de Goiás (UFG), que se realiza no Campus da Universidade de Direito do município de Goiás. Mesmo não tendo concluído o curso (a colação de grau só deve acontecer em agosto deste ano) eles prestaram exame, já que a norma da OAB estabelece que os graduandos podem prestar a prova a partir do sétimo período.

Dos 57 alunos da turma, 15 fizeram inscrição para a prova e 10 passaram para a segunda fase, destes, seis foram aprovados. O índice de aprovação desta Turma Especial, 40%, foi bem superior à média goiana, 22,62%, e também superior à média nacional, 24%. Esse resultado mostra a qualidade do curso e é uma excelente resposta aos que tanto o criticaram e a muitos alunos de outros cursos de Direito, que olhavam com certo desdém para os camponeses que se atreviam a cursar Direito.

Refazendo a história

O Curso Especial de Graduação em Direito, foi uma resposta da UFG ao apelo dos movimentos do campo. Foi criado em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que apoiou o curso através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Educação (MEC). Foram oferecidas 60 vagas a beneficiários da Reforma Agrária e cidadãos beneficiados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Mais de 600 pessoas se inscreveram no processo seletivo. A aula inaugural da turma, em 17 de agosto de 2007, foi proferida pelo ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A decisão da UFG foi precedida de um razoavelmente longo processo de

debate interno, que começou em maio de 2005 e foi concluído em setembro de 2006. Esta experiência é mais um pequeno tijolo na grande construção da democratização do acesso à educação em todos os seus níveis”, definiu o professor José do Carmo Siqueira, coordenador do curso, a Repórter Brasil, em outubro de 2007.

Entre os cursos apoiados pelo Pronera, este talvez tenha sido o que ficou mais conhecido pela oposição que enfren-

chega a ser aberrante - é a idéia de montar-se um curso de Direito exclusivo para os sem-terra, como o implantado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Taxa o mesmo, ainda, como “ideologização do conhecimento científico”. E vai mais longe. Imaginando que alguns destes, quando formados, possam se tornar procuradores ou promotores de Justiça ou juizes, pergunta: “ele pautará suas interpretações da lei e suas decisões de acordo com sua pró-

pelo desvio de finalidade e malversação de recursos públicos. Acatando a ação, o juiz Roberto Carlos de Oliveira, da 9ª Vara Federal de Goiás, proferiu sentença extinguindo o curso, no final do primeiro semestre de 2009, e declarando ilegal o convênio entre a Universidade e o Incra, que permite o uso de recursos do Pronera para custear o curso. “Há evidente desvio de finalidade e por consequência flagrante ilegalidade no convênio”, disse o juiz. No

Foto: Recidi-GO dia 17/12/2009, porém, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador Jirair Aram Meguerian concedeu liminar suspendendo os efeitos da decisão e determinou a manutenção do curso. Em seu despacho, o desembargador considerou sua extinção como uma “grave lesão à ordem pública”.

No Fórum Social Mundial, em Belém, num Seminário em que se debatia esta experiência, Dom Tomás Balduino, da CPT, afirmou que “esta é uma ocupação da Universidade”. Com razão, as vozes que se levantaram contra o Curso viram nele um perigo à vista. O controle do Direito sempre esteve nas mãos da classe dominante e tem sido o instrumento para manter enquadradas as forças sociais que lutam por justiça. Se lhes escapa este controle, como ficará? Ninguém objetou quando diversas Universidades criaram cursos específicos para os sem-terra e agricultores familiares nas áreas da Pedagogia, História, Geografia e outras afins. Mas, ocupar o espaço do direito... Dizia o editorial da Folha “Note-se que não se pensou, como primeira opção, no que seria mais do que razoável: um curso destinado a ministrar aos membros daquelas famílias rurais a tecnologia moderna da produção agropecuária...”

Por tudo isso é de se comemorar o bom desempenho da primeira Turma Especial de Direito de Goiás.



tou. Muitas matérias na imprensa goiana o atacaram. A Folha de São Paulo de 07/09/2007 lhe dedicou um Editorial, “Bacharéis sem-terra”, sobremodo expressivo da reação que provocou. O editorial começa dizendo que seria muito bom integrantes do MST entrarem em bons cursos de direito, pois neles haveriam de aprender o que é “esbulho possessório, por que é vedado por lei invadir e depredar a propriedade alheia”, e mais uma lista de coisas do gênero, pois os estudantes desta Turma teriam sido “criados em meio ao generalizado desrespeito aos direitos alheios.” E segue: “O que não tem sentido algum – e

pria ‘origem’?”. De acordo com a Folha, os atuais juizes não pautam suas decisões de acordo com sua “origem”, nem defendem os interesses das classes que representam.

Sentença extingue o curso

O curso foi parar na justiça. O Ministério Público Federal moveu ação propondo sua extinção, pois “fere os princípios da igualdade, legalidade, isonomia e razoabilidade do direito brasileiro” e “é uma afronta aos princípios constitucionais”. Ainda dizia que se caracteriza

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

LUTO

Dom Ladislau: bom pastor, defensor

Os homens e mulheres do campo brasileiro perdem com a morte de Dom Ladislau um grande aliado, movido pelo espírito de Justiça que se alimentava da palavra e da prática de Jesus, que veio anunciar Boas Notícias aos pobres.

Foto: Joka Madruga

No último dia 13 de fevereiro, Dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais e presidente da Comissão Pastoral da Terra, nos deixou em decorrência de complicações de um câncer. Foi Vice-Presidente Nacional da CPT de 1997 a 2003 e desde 2009 ocupava a presidência. De origem camponesa, Dom Ladislau nos deixa seu legado de luta pelos direitos dos camponeses e contra a violência no campo. Nos grandes momentos de tensão e de conflito envolvendo os movimentos sociais, Dom Ladislau nunca se furtou em ficar do lado dos trabalhadores e trabalhadoras e a eles manifestar seu apoio. No Paraná, sempre acompanhou as



pastorais sociais, particularmente a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra a Pastoral Carcerária, e a Pastoral do Menor.

“A reforma agrária é aquilo que vai atacar na raiz a questão dos conflitos e a falta de paz no campo”, assim ele defendeu a reforma agrária, durante o lançamento do relatório anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2010. Em outro momento, atacou o projeto do novo Código Florestal. “Aldo Rebelo perdeu uma grande oportunidade de ajudar o País a sair da devastação, da impunidade dos grileiros e do pouco investimento

nos pequenos agricultores. Ele perdeu uma grande oportunidade de fazer a diferença. Lamento por ele”.

O sepultamento que ocorreu na Catedral de São José dos Pinhais, no dia 15, contou com a presença de milhares de fiéis. Quase todos os bispos do estado estavam presentes. A CPT lá estava com Dom Enemésio Lazzaris, vice-presidente, Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente, Pe. Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional e vários agentes do Paraná. João Pedro Stédile fez questão de comparecer para demonstrar a gratidão e o carinho do MST por este pastor dedicado à luta do povo do campo.

Morre o bispo da Reforma Agrária

JELSON OLIVEIRA*

Dom Ladislau Biernaski era desses homens apaixonados pela terra. Mãos calejadas e unhas turvas, seu grande orgulho era mostrar a horta que mantinha no quintal de sua residência simples na cidade na qual viveu por muitos anos e da qual foi bispo nos últimos cinco, São José dos Pinhais. Essa paixão pela terra, herdada da família de imigrantes poloneses, fez com que ele transformasse a terra também numa causa evangélica e política. Por ela frequentou acampamentos e assentamentos em nome da Igreja. Muitas vezes deixou mitras e cátedras e foi à praça do povo para celebrar esse compromisso profético com a justiça. À frente da Comissão Pastoral da Terra em nível estadual e nacional, e das demais pastorais sociais que acompanhou, Dom Ladislau foi um amigo e companheiro. Soube como ninguém entender e explicar a missão pastoral da Igreja dos pobres e por esta clarividência, participou de inúmeras mobilizações da luta dos pobres paranaenses no campo e na cidade.

Na missa de sua posse, em março de 2007, na nova Diocese, o bispo do povo declarou que “no âmbito da justiça é que se louva a Deus”. Foi essa certeza que o alimentou em tantos anos de vida e de sacerdócio. Foi ela que o fez recusar os sacrifícios inocentes ofertados a Deus com o sangue dos trabalhadores e trabalhadoras. Talvez por isso, sua comovedora simplicidade não o tornou perfeito como homem, mas o fez buscar a justiça como norma. Carregou suas cruzes e sangrou suas próprias feridas. Em seus olhos inquietos e miúdos sempre pudemos encontrar aquela inquietude de

um ser inacabado. Teve seus erros, seus dramas e suas noites insones, depois das quais, louvava a Deus com um farto café da manhã na mesa central de sua sala, para o qual muitas vezes contava com a companhia de amigos e companheiros de luta. Partilhou o pão, a paixão e os estorvos da luta.

Seu lugar era à mesa dos pobres, como esperança, e às tribunas dos poderes e das mídias, como advertência. Ouviu com paciência. Amou com radicalidade. Falou com admirável coragem das causas mais difíceis, cujas feridas ainda sangram na geografia da nação. Foi padrinho incansável da campanha pelo módulo máximo para a propriedade da terra no Brasil. Chorou a morte de tantos trabalhadores sem terra país afora. Denunciou o trabalho escravo. Rezou por suas viúvas e abençoou seus filhos. Acreditou incansavelmente na agroecologia, na produção sustentável, no respeito ambiental e no comércio justo. Defendeu a agricultura camponesa com o entusiasmo que trouxe do berço. Caminhou em romarias e marchas. Deu entrevistas. Falou do Evangelho com a cativante palavra da esperança e da vida com a evangélica força do testemunho.

Como tantos outros, Dom Ladislau morreu hoje sem que sua utopia se realizasse. Mas dizem que a melhor forma de homenagear uma vida que se foi é dar continuidade aos seus projetos. Essa é a forma como eu e você devemos lembrar este homem cujo testemunho é, de tão raro, inesquecível; e de tão simples, profético. Nossa teimosia será sempre uma forma de homenagem. Sua memória um compromisso com a vida.

* Coordenador do Curso de Filosofia PUC-PR e agente da CPT Paraná

Pastor dos pobres e das causas sociais

Foto: Arquivo CPT Nacional



Foto: Arquivo CPT Nacional



Foto: João Zinclar



Dom Ladislau, pessoa-semente

Transcrevemos abaixo algumas das mensagens recebidas por ocasião da morte de Dom Ladislau

Dom Ladislau foi um grande pastor, missionário e profeta. Seu testemunho em favor dos pobres principalmente camponeses que buscam na terra mãe não apenas sustento, mas respeito e valorização, ficará gravado em nossos corações.

Orlanda Rodrigues Alves - Secretária Executiva - Regional N2- CNBB

• • •

Bem me lembro quando dos tempos que estive em Goiânia dos marcantes encontros com Dom Ladislau, e penso que o texto de Jélson exprime muito bem sua identidade tão fascinante, que combinava um engajamento e compromisso profundo com uma enorme humildade, empatia, interesse e muita alegria interior.

Luciano Wolff / EED (Alemanha)

• • •

Dom Ladislau era uma pessoa muito sábia, humilde e simples que gostava de conviver com os pobres e em especial com os camponeses. Sempre apoiou a reforma agrária e o MST no Paraná e em todo Brasil. Um bispo filho de camponeses migrantes poloneses, que se preocupava com a soberania alimentar, com a agroecologia. Era um semeador de ideias e de exemplos de vida, a serviço dos camponeses.

Secretaria Nacional do MST

• • •

A vida de Dom Ladislau foi realmente uma vida comprometida com a justiça. Seu trabalho com a Pastoral Operária, Pastoral Carcerária, Pastoral do Menor, e a Comissão Pastoral da Terra mostra sua inteira de-

dicação às Pastorais Sociais e às lutas pela justiça social – na cidade e no campo.

Anne Catherine Kennedy - (em nome de Desenvolvimento e Paz do Canadá)

• • •

Lamentamos profundamente a perda deste grande defensor incondicional das causas sociais. Tenhamos a certeza, que seu legado de ensinamentos fortalecerá a continuidade de nossa caminhada por uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil

• • •

Incansável companheiro de caminhada dos marginalizados e discriminados, o querido Dom Ladislau soube testemunhar a Boa Nova mirando ao resgate da dignidade de tantos homens e mulheres do Paraná, do Brasil e do mundo. Ele deu de beber, de comer, visitou os doentes, os prisioneiros, acolheu os sem esperança, lutou com e por eles, enfrentou os poderosos e pagou por isso.

Conselho Indigenista Missionário

• • •

Seu exemplo de vida, seus gestos concretos, sua presença na luta pelos direitos dos camponeses e camponesas vão além de sua passagem terrestre. As sementes de libertação deixadas em suas atitudes e ações se multiplicarão junto aos empobrecidos e injustiçados

Comissão Pastoral da Terra – RS

Em Santa Catarina fica a lembrança de sua participação na 21ª Romaria da Terra e da Água em Braço do Baú, caminhando com os romeiros e romeiras, naquele chão que testemunhou a morte de muitas pessoas nos deslizamentos de 2008. Dom Ladislau, com seu chapéu de palha, presença silenciosa e atenta, pés firmes no chão, palavras sábias, animou a nossa esperança e fortaleceu a nossa fé.

CPT de Santa Catarina

• • •

Aprendemos com Dom Ladislau muitas coisas: sempre nos chamava a atenção no cuidado com a terra conquistada, com os jardins, com as sementes, com as plantas. Isso tudo nos ajudou a construir a agroecologia como base de um projeto soberano para a agricultura.

Roberto Baggio – MST PR

• • •

D. Ladislau viveu e pensou a fé a partir dos 'condenados da terra' e, com eles, fez caminhos pouco frequentados pelos grandes deste mundo. Mas é nestes caminhos, percorridos por D. Ladislau que encontraremos o Senhor da Vida. Ele soube traduzir em gestos e palavras a Eucaristia celebrada com olhos abertos para enxergar os apelos de Deus presentes na vida dos pobres e seu clamor por justiça. Sua atuação enquanto bispo membro da Comissão das Pastorais Sociais e no Mutirão pela superação da miséria e da fome, traduzia esta índole.

Dom Guilherme Antonio Werlang - Presidente da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz

Agora, só agora, meu Deus, compreendo porque, cada vez que ele mostrava sua plantação a quem o visitasse, apontando para a mostardeira e mostrando na palma da mão as minúsculas sementes, lembrava da parábola do grão de mostarda (Mt 13, 31-32), como se fosse a primeira vez. A vida dele estava ali: podia parecer minúsculo diante de outros profetas mais conhecidos, que a fecundidade do Reino produziu, mas abrigará em seus ramos a muitos e muitas que farão a beleza de uma nova história, pois essa utopia, que era dele e é nossa, que, antes de tudo, era de Jesus, estará sempre à nossa frente para que não paremos de caminhar confiantes. Agora sinto que Dom Ladislau é mais uma destas pessoas-sementes, que continuarão dando frutos.

Pe. Jaime Schmitz, da diocese de São José dos Pinhais e da CPT do Paraná.

• • •

Na Pastoral Operária, dom Ladislau era uma referência quando se tratava da necessidade do apoio da Igreja às questões sociais. Era visto por nós como um oásis no episcopado paranaense, em sua grande maioria refratária ao movimento social. Era conhecido como o bispo das pastorais sociais, o porto seguro a quem sempre se podia recorrer. Muitas vezes voz isolada e até mesmo incompreendido por seus pares, dom Ladislau levava o apoio da Igreja às lutas dos operários e camponeses.

Cesar Sanson, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ex-coordenador da Pastoral Operária no Paraná.

ARTIGO

Fazer memória dos nossos mártires

FLÁVIO LAZZARIN*

Fazer memória significa atualizar fidelidades e corajosas coerências, que hoje precisamos reconfirmar e fortalecer na CPT, porque se, nestas últimas cinco décadas, mudaram contextos e circunstâncias históricas, o que não mudou e se radicalizou é a violência do capital e do Estado contra os camponeses do Brasil.

Em 12 de fevereiro completaram-se sete anos da morte de Irmã Dorothy Stang na sua luta em defesa das famílias camponesas e de sua convivência com a floresta. Os tiros que a vitimaram ecoaram mundo afora, e ainda hoje sua ação se irradia em comunidades e grupos que buscam construir um mundo melhor. Ao lado dela podemos lembrar o testemunho de muitos companheiros e companheiras que dedicaram toda sua vida à causa do povo e alguns deles deram a prova maior com o derramamento de seu sangue. Neste começo de ano lembramos do Padre Francisco Jentel, expulso do Brasil, depois de ter atuado, durante anos, junto a índios e posseiros de Santa Terezinha, MT, (02/01); do Pe. Sérgio Tonetto, que exerceu seu ministério na CPT na região Guajará, Pará (04/01); o do Pe. Cláudio Bergamaschi, da CPT Maranhão (10/01) do Cacique Marcos Veron, guarani-kaiowá, assassinado na defesa do território indígena, em Juti – MS, (13/01); dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e seu motorista, mortos em Unai (28/01) no cumprimento de sua função de fiscalizar as condições de trabalho no campo; de Expedito Ribeiro de Souza, liderança sindical e de comunidade, em Rio Maria, PA (02/02). Esta lista pode ser ampliada muito, como com a lembrança do massacre da família Magave, no Amapá, (03/02) e de tantos e tantas que por fidelidade a Deus e ao seu povo foram até o fim.

Lembrar os mártires da terra e da justiça significa redescobrir um aspecto fundamental do nosso Batismo, da Missão da Igreja e da própria CPT. Com efeito, o martírio é o coração de uma autêntica espiritualidade cristã, porque é incorporação ao evento trinitário da morte crucificada de Jesus.

A fidelidade ao Batismo se expressa em inúmeras formas, quantas são as biografias dos cristãos que, junto a homens e mulheres marcados por um profundo e indignado sentimento de justiça, se puseram a serviço do Reino anunciado por Je-



Foto: João Zinclar

sus e seguiram com fidelidade a utopia de uma humanidade reconciliada, sem mais opressão e violência contra os pobres: histórias de mulheres e homens, escondidas no coração paterno-materno de Deus; sacrifícios heróicos e ocultados na teia das relações familiares, sociais e políticas, que, pela sua invisibilidade, poderiam ser considerados ineficazes e inúteis por aqueles que não acreditam no poder da Cruz. E, enfim, o testemunho daqueles e daquelas de que podemos fazer memória: grandes personalidades e humildes camponeses que seguiram o caminho de Jesus, às vezes até o derramamento do seu sangue. Elas e eles fazem parte daquele imenso cortejo de vítimas ressuscitadas, que, em companhia de Jesus, percorre a história humana, desde a fundação do mundo até a grande celebração na Jerusalém do Céu: “Os marcados com o sinal do Cordeiro, que passaram pela grande tribulação e alvejaram as suas vestes no sangue de Jesus”, (Ap 7,14).

A morte de Jesus e dos mártires nos interpelam com uma pergunta teológica crucial: porque perseguiram e mataram Jesus de Nazaré? Porque ainda perseguem

e matam os seus seguidores? É a existência dos pobres vitimados pelos poderes que dominam a história humana, que provoca fidelidades radicais e arriscadas! É o escândalo da injustiça, da mentira, da violência, que mobiliza os inconformados! Houve um momento na história da Abya-Yala colonizada, em que a esperança e as lutas dos pobres e dos povos oprimidos foram assumidas profética e concretamente pela Igreja: a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968), que se compromete com a construção de caminhos de justiça e fraternidade no Continente e no Caribe. A opção pelos pobres anima a espiritualidade de inúmeros agentes de pastoral. É neste tempo que muitos padres, religiosos, religiosas, leigos e leigas se entregam totalmente à missão até a aceitação do sofrimento e da morte. A CPT faz parte desta história de profecia e martírio.

A “fidelidade ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra” continua sendo a inspiração teimosa daqueles e daquelas que enfrentam, em companhia de Jesus, os poderes deste mundo, que matam os pobres com a fome e com a guerra; com

o Estado e com o capital; com o latifúndio e com os pistoleiros; com a oligarquia e o apadrinhamento; com o trabalho escravo e com o assalariamento superexplorado; com salários de fome e o desemprego; com política, juízes e polícia; com agronegócio e mineração; com o PAC e o progresso; com a Belo Monte e com a Transposição do São Francisco; com transgênicos e agrotóxicos que matam as águas dos rios, a floresta, o cerrado, a mata atlântica, a caatinga, os pampas e o pantanal. Mártires são aqueles e aquelas que, hoje, defendem a vida dos pobres, dos povos e da Criação de Deus ameaçada pela insanidade do capital. São tão numerosos os mártires da terra que precisaríamos de muitas páginas para fazer memória de todos, mas, com certeza, quando falamos dos irmãos, das irmãs e dos parentes que tombaram na luta, não queremos simplesmente reconstruir a história: queremos fazer memória, redescobrir no coração, no pensamento e na concretude da história o mesmo chamado que interpelou quem “desprezou a vida até aceitar a morte”. (Ap 12,11)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais se articulam em 2012

O ano teve início com o Fórum Social, Temático, onde temas como reforma agrária, agricultura familiar e cooperativismo foram tratados. A Presidenta Dilma, ao invés de ir ao Fórum Econômico, marcou presença entre militantes sociais de várias partes do mundo, reunidos em Porto Alegre.

CRISTIANE PASSOS*

De 24 a 29 de janeiro último, foi realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o Fórum Social Temático. Menor que as edições mundiais, o Fórum reuniu cerca de 30 mil pessoas na capital gaúcha, que participaram de discussões sobre justiça social e ambiental, crise capitalista e o processo de preparação para a Rio + 20, que será realizada em junho próximo, no Rio de Janeiro.

Assembleia dos Movimentos Sociais

Encerrando o Fórum Social Temático, mais de 1.500 pessoas participaram da Assembleia dos Movimentos Sociais, encontro já tradicional durante os Fóruns Sociais. A partir da discussão das demandas dos movimentos sociais e com a finalidade de construir uma bandeira de lutas unitária para o próximo período, a Assembleia definiu como prioritário para o primeiro semestre, a articulação em torno da Conferência da Rio+20 e uma mobilização massiva de caráter internacional para o dia 5 de julho, Dia Internacional do Meio Ambiente. Além disso, em documento divulgado ao final da reunião, os participantes da Assembleia reafirmaram como eixos comuns de luta, a luta contra as transnacionais, a luta pela justiça climática e pela soberania alimentar, a luta para banir a violência contra a mulher, e a luta pela paz e contra a guerra, o colonialismo, as ocupações e a militarização de nossos territórios. O documento destacou, ainda: “A lógica excludente deste modelo serve tão somente para enriquecer uma pequena elite, tanto nos países do Norte como nos do Sul, em detrimento da grande maioria da população. A defesa da soberania e da autodeter-

minação dos povos e da justiça social, econômica, ambiental e de gênero são a chave para o enfrentamento e a superação da crise, fortalecendo o protagonismo de um Estado livre das corporações e a serviço dos povos. O aquecimento global é resultado do sistema capitalista de produção, distribuição e consumo. As transnacionais, as instituições financeiras, os governos e organismos internacionais a seu serviço, não querem reduzir suas emissões de gases de efeito estufa”.

Cúpula dos Povos

A Rio + 20 reunirá em um megaevento chefes de estado e empresários de todo o mundo, para tentar construir “alternativas” para os problemas climáticos que a humanidade vem sofrendo, por conta do modelo de desenvolvimento capitalista. Será um marco para rediscutir, 20 anos após a Eco 92, os acordos internacionais para o meio ambiente firmados na época. Além disso, o evento discutirá a chamada economia verde, alternativa do capitalismo às críticas de produção em detrimento do meio ambiente. O adjetivo “verde”, entretanto, não esconde as farsas que encobrem o verdadeiro modelo desenvolvimentista do capital, com concentração de renda e manutenção da exploração dos países mais pobres economicamente.

Em contraposição à estrutura e às propostas já rascunhadas para a Rio + 20, movimentos e organizações sociais de várias partes do mundo realizarão, em paralelo ao evento, a Cúpula dos Povos, entre os dias 15 e 23 de junho, no aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. O objetivo é discutir, verdadeiramente, as causas dos impactos sociais e das mudanças climáticas, e ser um espaço de fortalecimento no processo de ação, de resistência e de construção de alternativas. Os três eixos que nortearão a Cúpula



Foto: Ivan Trindade - FST

são: denúncia das causas estruturais e novas formas de reprodução do capital; as soluções e novos paradigmas dos povos; e as agendas, campanhas e mobilizações que unificam o processo da luta anticapitalista pós Rio+20. O ponto alto da Cúpula será a Assembleia dos Povos, momento prioritário para organizações, redes e movimentos participantes, onde serão discutidos temas como economia solidária, agroecologia, ecocidades, ecobairros, luta pelas sementes crioulas, lutas contra ofensiva do capital, entre outras pautas.

As entidades, organizações e movimentos sociais que estarão acampados no Aterro mostrarão alternativas práticas para uma sociedade mais sustentável. Quem passar por lá, vai poder ver de perto demonstrações de práticas de agricultura orgânica, agroecológica e com base familiar. Tudo o que os participantes da Cúpula vão comer durante o evento será feito por camponeses que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolas e de Aquisição de Alimentos, do governo federal. Ambos os programas têm como objetivo o fomento da agricultura familiar. Haverá também protótipos de energia solar, que serão montados pela ONG Greenpeace, além de um espaço para experimentação de mídia alternativa, com a exibição de um canal próprio da Cúpula,

e um modelo de separação e reciclagem de lixo para os resíduos gerados lá. Representantes de manifestações mundiais, como o “Occupy Wall Street” e a Primavera Árabe já estão confirmados. Haverá um dia de mobilização, em que jovens de todo o mundo serão contactados por meio das tecnologias de comunicação disponíveis. Um movimento de jangadeiros do Nordeste vai cruzar o mar até o Rio de Janeiro para participar também.

Além da discussão geral sobre as questões ambientais, movimentos nacionais e internacionais vão trazer casos práticos. Um exemplo é a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), que montará uma tenda onde mostrará o cotidiano da seca, que pode ser agravada pelo aquecimento global. A articulação pretende levar para o evento uma demonstração de cisternas, que vêm sendo construídas em parceria com o governo federal, para garantir acesso à água de qualidade no semiárido. A Via Campesina estará presente na Cúpula dos Povos, e vai apresentar projetos de agroecologia e promover um debate sobre reforma agrária, propondo o fortalecimento do pequeno agricultor, como um caminho para a produção de alimentos sem agrotóxico ou fertilizante.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

TRANSPOSIÇÃO

O bispo tinha razão...

RUBEN SIQUEIRA*

“Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”. Com esta ideia, o bispo franciscano de Barra-BA, dom Luiz Cappio, justificava seus dois jejuns, em 2005 e 2007, contra o projeto de transposição, em defesa do Rio São Francisco e do semiárido brasileiro. Dizia que o projeto, além de ignorar o mau estado do rio, visava, como sempre no Nordeste, concentrar água, terra e poder, levaria dinheiro público para o ralo e votos para urnas e – vaticínio profético? – não seria concluído. E não é que, não à parte a loucura, ele tinha razão! Quatro anos e meio depois de iniciado, o projeto capenga, confirmando as críticas do bispo, de cientistas respeitados e dos movimentos populares. O próprio sertanejo da região “beneficiada”, até aqui iludido com a mítica promessa, começa a desconfiar. Como já estamos em temporada eleitoral, as coisas ficam mais claras, tanto as manobras do governo como as da oposição, a mídia a reboque. O início de 2012 é pródigo em matérias em vários veículos sobre o desandar da transposição. O governo corre a cons(c)ertar... Em meio ao jogo dos interesses – de empreiteiras, políticos, empresas da indústria e do agronegócio e da mídia a estes ligados – nem sempre se evidenciam os fatos dando razão ao bispo e aos demais críticos.

Já em outubro de 2011, por ocasião do 4 de outubro, dia do santo e do rio São Francisco, a Articulação Popular São Francisco Vivo, com mais de 300 entidades da Bacia, lançava documento chamando atenção para a confirmação de quase todas as principais críticas ao projeto:

- “1. A obra seria muito mais cara que o previsto: de 5 bilhões iniciais já estão reajustadas em 6,8 bilhões, um aditivo de 1,8 bilhões, 36% em média. Há lotes ainda não re-licitados, o que vai onerar ainda mais o preço final.
2. Não atenderia a população mais necessitada: efetivamente, não



Foto: Padre Sebastião Gonçalves - CPT Floresta

3. pôs uma gota d'água para nenhum necessitado; antes desmantelou a produção agrícola local por onde passou.
4. O custo da água seria inviável: hoje o governo reconhece que o metro cúbico valerá cerca de R\$ 0,13 (poderá ser ainda bem maior), seis vezes maior que às margens do São Francisco, onde muitos irrigantes estão inadimplentes por dívidas com os sistemas de água;
5. Impactaria comunidades indígenas e quilombolas: comunidades quilombolas impactadas são 50 e povos indígenas nove. As demarcações de seus territórios foram emperradas, patrimônios destruídos. No caso dos Truká, em Cabrobó – PE, em cuja área o Exército iniciou o Eixo Norte, o território já identificado é demarcado se aceitarem as obras. No caso dos Tumbalalá, em Curaçá e Abaré – BA, na outra margem, se aceitarem a barragem de Pedra Branca. Ainda não foi demarcado pela FUNAI o território Pipipã e concluído o processo Kambiwá, a serem cortados pelos futuros canais, ao pé da Serra Negra, em Pernambuco;
6. Destruiria o meio ambiente: gran-

- des porções da caatinga foram desmatadas. Inventário florestal levantou mais de mil espécies vegetais somente no Eixo Leste.
7. Empregos precários e temporários: como sintetizou o cacique Neguinho Truká, “os empregos foram temporários, os problemas são permanentes”. Em Cabrobó, nada restou da prometida dinamização econômica, só decepção e revolta. Nas cidades por onde a obra passou, ficou um rastro de comércio desorientado, casas vazias, gente desempregada, adolescentes grávidas...
8. Arrastada no tempo, a obra se presta a “transpor” votos e recursos: não debela, antes realimenta a “indústria política da seca”. Nova precisão de data para conclusão: 2014! Vem mais uma eleição aí, em 2012, outra em 2014...
9. Faltam duas das consequências graves a serem totalmente comprovadas, que só teremos certeza se a obra chegar ao fim: vai impactar ainda mais o rio São Francisco e não vai levar água para os necessitados do Nordeste Setentrional. Enfim, a Transposição é para o agro-hidronegócio e pólos indus-

trias do Pecém (CE) e Suape (PE).”

As obras começaram apressadas sob pressão político-eleitoral. Foram aprovados e iniciados projetos sem suficiente detalhamento. Ignoraram-se solenemente as condições climáticas e geológicas da região. O resultado logo apareceu: canais rachados, túneis desabando, deslizamento de solo, infiltrações... Montanhas de dinheiro público jogado fora! O governo diz que a responsabilidade pela reconstrução é das empresas... Mas o custo total da obra já foi acrescido em 36%.

E o prazo dilatado para 2015. E ainda faltam 30% do eixo leste (287 km) e 54% do eixo norte (426 km). Se tudo ficar pronto mesmo, pleno funcionamento só em 2030! Até lá, quanto ainda vai custar aos cofres públicos, à paciência sertaneja e nacional e à verdade científica e ética?

Empregos frustrados, caatinga devastada, animais mortos, lavouras perdidas, difícil recomeço para quem perdeu o que tinha e foi mal indenizado... Maria Rosa, aposentada, do povoado Montevideu, em Salgueiro-PE, disse à reportagem do Jornal do Commercio (Recife, 07/02/2012) indignada sem a água que a obra da transposição ao invés de trazer estancou: “Cadê essa água que não chega? Só quando Deus mandar. Eu vou ficar aqui esperando por Deus. Diz que quem espera por Deus não cansa e eu acho que estou cansando, mas vou levando”. Todo estardalhaço da mirabolante transposição até agora fez foi confirmar a “sina” nordestina de conformismo e resistência, do que o bispo Cappio bem entende há quase 40 anos. A luta de sempre continua!



Congresso Nacional Terra, Território e Soberania

“A mãe Terra é de quem cuida dela, os territórios são dos povos e a soberania é popular”.

Foto: Notiagen

CRISTIANE PASSOS*

Esta frase não é somente uma palavra de ordem nova para as próximas mobilizações pelos direitos da Terra, é a declaração final do Congresso Nacional de Terras, Territórios e Soberanias, realizado entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2011, em Cali e em Cajamarca, na Colômbia. Essas foram as conclusões a que chegaram os povos e organizações populares presentes no encontro, que se comprometeram em transformar essa máxima em realidade. Os 15 mil delegados e delegadas de organizações camponesas, de trabalhadores do campo e da cidade, de povos indígenas e afrodescendentes, de povos urbanos e de vítimas do desenvolvimento capitalista reafirmaram que estão cansados de obedecer e somente serem consultados, enquanto são outros os que tomam as decisões.

As organizações participantes do evento assumiram que “não será nos espaços institucionais que os setores populares encontraremos as respostas para as nossas exigências pela garantia de nossos direitos...” e que “devemos ir mais além de ser oposição política, e construir a nosso próprio modo o país que sonhamos e que queremos!”. Na declaração final do encontro, destacaram compromissos por eles assumidos, como “consolidar a unidade do movimento e das organizações populares para cuidar da Mãe Terra, defender os territórios e consolidar a soberania popular”. Dessa forma, essas organizações afirmam que promoverão ações para impedir a presença e para que sejam expulsas de seu país, empresas que destroem as fontes de água para exploração de ouro e de outros minérios, bem como aquelas que exploram petróleo na região. Além disso, o grupo pretende “realizar ações políticas civis para

construir um caminho para uma solução pacífica para o contexto de conflito social e armado em que vive o país”. Querem, também, reaver as terras roubadas “pelos latifúndios do narcotráfico, do paramilitarismo e dos grandes conglomerados agroindustriais”.

Como conclusão do Encontro, as organizações participantes anunciaram que vão fortalecer as práticas de produção, transformação, intercâmbio e consumo, culturalmente apropriadas, socialmente justas e em harmonia com a vida. Não utilizarão e nem permitirão o uso de agrotóxicos e transgênicos, e impedirão a presença de agrocombustíveis e outros monocultivos, que ameacem sua soberania territorial e alimentar. Em relação às cidades, o grupo considerou ser necessária uma reforma urbana que contenha um ordenamento territorial urbano popular e democrático das regiões, reconhecendo a diversidade e as diferenças tanto entre os povos que habitam o interior dos territórios urbanos, como entre as cidades da Colômbia. E, por fim, todos e todas as participantes, reafirmaram que irão fazer tudo o que for necessário para que os responsáveis intelectuais e materiais pelo extermínio dos povos colombianos sejam julgados. As crianças também marcaram presença no evento, onde pediram espaços de deliberação em que suas reivindicações possam ser levadas em conta, o que foi contemplado no documento final, com o seguinte destaque, “o futuro do nosso território está em perigo se não despertamos seus corações e suas consciências para que se defendam!”.



I Escola Latinoamericana de Comunicação da CLOC - Via Campesina

Reunidos de 24 a 30 de novembro na Escola de Formação Francisco Morazán Quezada, em Manágua, Nicarágua, cerca de 30 comunicadores e comunicadoras de vários países da América Latina, deram mais um passo rumo a uma comunicação latinoamericana democrática e libertadora. Na ocasião foi realizada a I Escola Latinoamericana de Comunicação da CLOC - Via Campesina. O objetivo principal da Escola foi consolidar um Coletivo de Comunicação com militantes que façam uma comunicação frente à ditadura midiática das classes dominantes. Além disso, a CLOC (Coordenadoria Latinoamericana de Organizações Camponesas) reforça o entendimento da comunicação como um componente fundamental para a articulação de suas lutas, e como um eixo estratégico para a construção e desenvolvimento das organizações e movimentos sociais da América Latina.

Entre os participantes, quatro representantes do Brasil, Joana Tavares e

Sílvia Alvarez (Jornal Brasil de Fato), Felipe Canova (MST) e Cristiane Passos (CPT). Em sua Declaração Final, os participantes dessa I Escola de Comunicação destacaram que: “a comunicação é um direito dos povos e não mercadoria, promovemos a palavra e tecemos uma comunicação que construa um sentido de liberdade, soberania e dignidade”. O documento reafirma, ainda, “o enfrentamento ao modelo imperialista e mercantilista da comunicação, e a defesa de uma comunicação genuinamente popular, alternativa, conscientizadora e libertadora. Deixamos clara nossa visão anti-imperialista e a valorização de um modelo de vida embasado nos saberes dos povos originários, dos lutadores e lutadoras históricos e dos povos afros, através da preservação e convivência harmônica com os recursos naturais e o respeito à Pachamama”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Nova teologia para legitimar a monarquia

SANDRO GALAZZI*

Na edição pasada, vimos que com a chegada da monarquia ocorreram mudanças significativas na sociedade e, em pouco tempo, não restava nada da sociedade igualitária que se construiu no período anterior. Eram mudanças nas estruturas e nas funções, e mudanças políticas e econômicas. Para dar legitimidade a estas mudanças fez-se uma nova leitura teológica.

O templo

Salomão constrói o templo para legitimar a implantação do armazém estatal. O templo será construído com um sacrifício enorme do povo, pelo regime de corvéia. O endividamento com o rei de Hiran, que fornece as pedras e a madeira para esta obra, exigirá sacrifício ainda maior. E na inauguração foram consumidos 120.000 ovelhas e 22.000 touros. Mesmo que os números bíblicos tenham um sentido diferente do que para nós, trata-se, com certeza, de muitos animais que deviam ter sido tomados dos camponeses. O templo de Javé, o Deus dos pobres, é feito com o sofrimento dos pobres. E o mais triste, Javé é colocado ao lado do palácio de Salomão e de seu armazém.

A história para o rei e para o templo

E tem mais. No palácio de Salomão se escreve, pela primeira vez, uma história organizada do povo de Israel. Com isso, se intenta legitimar mais ainda o poder de Salomão. Faz muito bom uso de memórias populares isoladas, de cânticos culturais, de histórias de grupos diversos. Mantém o estilo popular da redação, mas a organiza e estrutura de tal maneira que tenha como ponto mais alto a monarquia davídica e o trono de Salomão. O eixo desta história é a ligação quase direta entre Abraão (tempo da promessa) e Davi (tempo da realização da aliança). Podemos ver literariamente este esforço comparando Gênesis e o Primeiro Livro dos Reis. No Gênesis estava a promessa de um povo numeroso como as estrelas do céu e a areia do mar. Em I Reis está a realização com Salomão: “Judá e Jerusalém eram numerosos como a areia das praias do mar.

Comíam, bebiam e viviam felizes”, apesar do pesadíssimo tributo. “Ele te dará uma terra desde o rio Eufrates até o rio do Egito”, era a promessa a Abraão. E agora: “Salomão dominava todos os reinos desde o rio Eufrates, até a fronteira do Egito”.

Grande espaço nesta história têm os patriarcas, fontes da fé no Deus mantenedor da vida (que pode muito bem ser manipulado pelo templo). Para legitimar a unidade nacional, operada por Davi que conquistou os povos dos arredores, esta história reduz todos os grupos e povos a descendentes de Abraão; tendo sempre cuidado de destacar a supremacia de Judá sobre todas as tribos. Em contrapartida, Moisés e a memória de Javé ficam em segundo plano. A aliança no Sinai tem dez mandamentos muito diferentes dos que nos acostumamos a conhecer. Conhecemos a história: quando o povo saiu do Egito, Moisés recebeu os mandamentos, mas ficou quarenta longos dias no Sinai. O povo não aguentou e pensou: “Moisés morreu, vamos fazer nosso Deus com nosso ouro, o bezerro de ouro”. Quando Moisés desceu da montanha e viu o que havia sucedido, se zangou e quebrou as tábuas da lei. Mas, depois voltou à montanha e as recebeu de novo. Só que as segundas pedras não são como as primeiras. Para Salomão, as primeiras podem continuar quebradas, não há problema. No Êxodo encontramos outra página de Salomão, com uma nova redação da lei. Desta leitura surge algo surpreendente: o centro não é mais a vida do povo, mas o templo: “Três vezes ao ano subirás ao templo. Celebrarás a festa dos ázimos, a festa das colheitas e a festa da Páscoa” e, em todas elas, que fique muito claro, “não te apresentarás diante de mim de mãos vazias.” “Meu é o primogênito, meu é o dizimo”, etc. Estes são os mandamentos de Salomão. Dos dez mandamentos antigos só ficam dois: não fazer deuses de metal fundido e respeitar o sábado.

Deus, aliado do trono

O ponto alto desta história é o texto do segundo livro de Samuel. É a famosa aliança entre Davi e Deus: “Assim diz Javé: Quando se tenham acabado teus dias e vás descansar com teus pais, eu colocarei no trono a teu filho, fruto das tuas entranhas. E afirmarei seu poder para sempre. Eu se-



rei para ele um pai, e ele será para mim um filho. Se fizer o mal eu o corrigirei, mas continuarei querendo-lhe bem. Não o maltratarei como a Saúl a quem eliminei diante de ti. Tua descendência e teu reino estarão presentes diante de mim. Teu trono estará firme até a eternidade.” A promessa é de Javé para Davi, mas interessa ao filho, que é quem escreve. Salomão chega a dizer o mesmo que o Faraó do Egito, que dizia que era o filho de Deus e todos, de joelhos, obedeciam. A monarquia, que foi a decisão de um grupo dos mais ricos que para, defender seus interesses, a impôs ao povo, passa a ser vista como o grande projeto de Deus. Deus é que quer a monarquia de Salomão! Ele vai garantir o futuro de Salomão! A destruição do sistema tribal, da sociedade igualitária é apresentada por Salomão como vontade de Deus.

É importante ter isto presente, porque será o pano de fundo do movimento profético. Não se pode entender os profetas

se não se tiver claro que há manipulação do nome de Javé pelo palácio e o templo. Javé deixa de ser o Deus dos pobres, para ser o pai do rei. Deixa de ser o Deus da libertação, para ser o Deus que garante o trono até a eternidade. O Deus da distribuição da terra, da conquista da terra, passa a ser o Deus da legitimação da concentração. Há uma mudança teológica. O poder usa o nome de Javé para legitimar-se a si mesmo. Isso não acontece só com Salomão. Será costume de todos os reis legitimar-se a si mesmos usando o nome de Deus, desvirtuando completamente a memória de Javé. Simbolicamente, um número marca o reino de Salomão. Um número que será retomado pelo Apocalipse de João, como indicativo da Besta, do poder imperial opressor: 666. Encontramo-lo, por primeira vez, na história de Salomão: é o peso do ouro que chegava ao palácio de Salomão.

EXPERIÊNCIA

Círculos de Cultura: uma passagem do analfabetismo à cidadania

IR. ROSA FIGUEIREDO*

Os Círculos de Cultura da CPT na Região de Guajarina não nasceram prontos ou programados, eles foram sendo gerados, criados e recriados na medida em que caminávamos para adaptar a pedagogia de Paulo Freire à nossa realidade, e à realidade dos monitores que se colocavam à disposição para “repartir o saber”. E o saber repartido era aquele de ler e escrever a letra e a vida, que vai se revelando por dentro e por trás das 18 palavras Geradoras. Os nossos monitores, ao contrário dos de Paulo Freire, não são jovens universitários, mas são jovens da roça, são donas de casa, lavradores, que tendo estudado até à terceira ou quarta série do ensino fundamental, sentem-se capazes e são preparados por nós para ALFABETIZAR CONSCIENTIZANDO E CONSCIENTIZAR ALFABETIZANDO, pois essa é a dinâmica do dia a dia dos Círculos de Cultura. Para fazer entender a educação libertadora dos Círculos de Cultura, vemos sempre a necessidade de contrapô-la à outra educação que é a Educação Bancária. Para isso usamos dois símbolos muito ao alcance do entendimento de monitores e alfabetizandos/as. São os símbolos do POÇO e do FUNIL. O FUNIL representa a EDUCAÇÃO BANCÁRIA, a educação do depósito, feita de fora do aluno para dentro dele, como se ele fosse uma garrafa vazia. Nessa Educação é o professor que educa, pergunta, responde, escolhe, decide e é o sujeito.

A outra Educação é a do POÇO. No poço, não se deposita água, pelo contrário, se puxa a água de dentro dele. Assim é a EDUCAÇÃO LIBERTADORA: uma educação que acontece de dentro do aluno para fora dele, fazendo jus à raiz da palavra “Educar” que tem origem no verbo latino “E-ducere” (conduzir para fora). Através das palavras geradoras codificadas, geralmente em cartazes, e decodificadas através do diálogo entre monitores e alfabetizandos, o saber vai ficando como uma fonte e se ampliando em tantos modos.

Na Educação do Poço, todos têm saber. E “ninguém educa ninguém, todos nos educamos em comunhão mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire). O povo des-



Foto: CPT Jaguarina



Foto: CPT Jaguarina

cobre que tem saber, que tem uma cultura própria e então sua auto-estima cresce, sua língua “que tava presa, se solta” (assim se expressou seu Neca de Ipitanga do Mirindeua, Moju), possibilidades se abrem, os que se sentiam excluídos agora passam a participar de sua CEB, de suas organi-

zações, das pastorais, a vida se transforma como diz o canto composto pelo Círculo de Cultura de Palmar, das Ilhas de Abaetetuba: “A minha vida já se transformou/O que eu era ontem, hoje já não sou./Mas o meu remédio, eu vou ensinar: /É só participar do Círculo de Cultura/Onde sabedoria do

povo é repartida/E a gente aprende a ler e a escrever a vida!”

Elizia, uma ribeirinha do rio Uru-buêua das ilhas de Abaetetuba, explica de maneira simples essa Educação do poço quando diz: “Aprender a ler e escrever, qualquer pessoa pode conseguir. Agora, aprender a ler e escrever descobrindo a vida que está por trás das palavras geradoras, aí é que está o perigoso!”. É isso aí, Elizia, pois no Círculo de Cultura a palavra é viva e revela a vida e o papel do monitor e da monitora, que é aquele de “puxar a água” saborosa do saber do povo, para dar-lhe condições de ampliar seus conhecimentos: o povo é um poço de saber!

A partir de 2003 o governo deu início a vários programas de alfabetização (sem conscientização) e passou a pagar os monitores. Isso fez entrar em crise nossos Círculos de Cultura de alfabetização e conscientização, cujos alfabetizadores (monitores) nada recebiam, pois tinham a alegria de “partilhar o seu saber”. Hoje, continuamos essa frente de trabalho, mas com um número bem reduzido de Círculos de Cultura, pois não temos como pagar monitores em massa.

Recentemente, no finalzinho de 2011, realizamos uma grande festa com alfabetizandos e monitores, na qual celebramos os “Vinte anos dos Círculos de Cultura: Vinte anos facilitando às pessoas, a passagem do analfabetismo à Cidadania”. A Antologia com os textos dos alfabetizados, lançada em 2001, nos 10 anos, foi relançada e 154 alfabetizandos receberam a cartilha por eles elaborada nos Círculos de Cultura de 2010 a 2011, onde a fala deles virou escrita em duas cartilhas: “Círculos de Cultura: Terra Fértil a Brotar Esperança” e “Debulhar Palavras para Plantar Cidadania”. Teve bolo com vela para apagar, 200 pessoas presentes, muita música e lindos testemunhos no sentido de que grande parte da organização que existe hoje na região Guajarina, e principalmente as associações Quilombolas, têm suas raízes nesse lindo e fecundo trabalho de base que são os nossos Círculos de Cultura.

*Equipe CPT Guajarina.

CULTURA

María! María!

Cada día, um novo día,
Cada tempo é tempo pra recomençar,
Cada um com seus projetos
Mas só um futuro para transformar
A família pelo campo e lá no seu canto sabe cultivar,
Com direito a natureza e seu alimento e força pra lutar.

María, María,
Anda junto com a gente nesse solo quente duro de se pisar,
María, María,
Canta junto com a gente que rega a semente que te viu plantar.

Cada día, um novo día,
Cada tempo é tempo para recomençar,
Cada um com seus projetos
Mas só um futuro para transformar
A família pelo campo e lá no seu canto sabe cultivar
Com direito a natureza e seu alimento e força pra lutar.



Música composta pelos alunos do Curso de Pedagogia do Campo [FETAGRU/UFPA/PRONERA], inspirada no poema escrito por Dona María do Espírito Santo da Silva, eco-pedagoga e extrativista do Projeto Agroextrativista PraiaAlta/Piranheira, Nova Ipixuna, assassinada dia 24 de maio de 2011 junto com seu esposo José Claudio Ribeiro. Dona María do Espírito Santo fazia parte dessa turma de alunos. A formatura aconteceu dia 15 de outubro durante o 1º Simpósio Internacional de Pedagogia do Campo: “Celebrando Pedagogias da Vida: o papel da educação do campo no século XXI”, ocorrido entre 13 e 15 de outubro de 2011, em Marabá.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil

R\$ 10,00

☐ Para o exterior

US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS

Impresso Especial

9912277124 DR/GT

COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA